



Relatório

CMADS 2024

Comissão de
Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável



Carta do Presidente

Sinto-me honrado por ter presidido a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao longo do ano de 2024. Recebi essa missão dos colegas deputados e me dediquei ao máximo para ter menos polêmica e mais assertividade e produção. Encerramos o ano com um número bastante positivo de projetos aprovados.

No decorrer do ano, realizamos 16 reuniões deliberativas, 9 audiências públicas, 5 seminários e 3 mesas redondas. Foram deliberados 150 projetos de lei, 73 requerimentos e 31 sugestões de emendas orçamentárias.

Também foi instalada a Subcomissão Especial do Bioma Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, cuja área corre grande risco de desertificação.

Além disso, enfrentamos muitas adversidades climáticas no ano de 2024, como as enchentes no Rio Grande Sul e as queimadas que, de forma alarmante, atingiram as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Contudo, a Comissão de Meio Ambiente agiu rapidamente e deu as respostas que o país precisava com a aprovação de projetos importantes para coibir o avanço das queimadas e aumentar a punição dos responsáveis.



Avançamos também no sentido de criar as condições necessárias para o país sediar a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém/PA, em novembro de 2025.

Conseguimos aprovar um orçamento superior a R\$ 2 bilhões que serão investidos em 2025 em projetos voltados à preservação do nosso meio ambiente e à prevenção de tragédias como as enchentes e os incêndios criminosos em nossas florestas.

Boa leitura!


Deputado Rafael Prudente
Presidente da CMADS



Chapada dos Veadeiros, GO

SUMÁRIO

Presidência | Páginas 4 - 5

Membros | Páginas 6 - 10

Audiências Públicas e Seminários | Páginas 11-36

Outros Eventos | Páginas 37-42

Pareceres Aprovados | Páginas 43-70

Estatísticas | Páginas 71-74

COP 29 | Páginas 75-78

Presidência

Nascido em Brasília, Rafael Prudente (MDB/DF) traz em suas raízes a mistura de um pai goiano e uma mãe pernambucana. Casado com Pollyanna Vaz Prudente e pai de dois filhos, Rafael e Samuel, Rafael Prudente é um profissional versátil, formado em Administração de Empresas e Mestrado Profissional em Administração Pública.

Seu comprometimento com o serviço público se destacou quando foi eleito Deputado Distrital, em 2014, com 17.581 votos, e logo após, em 2018, reeleito com 26.373 votos. Tornou-se uma figura influente no cenário político da capital brasileira, ocupando o cargo de Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal de 2018 a 2022.

Rafael Prudente conduziu o Poder Legislativo do Distrito Federal de forma determinada e inspiradora. Sob sua gestão, a Câmara Legislativa se destacou por medidas inovadoras e por promover um ambiente político mais dinâmico e colaborativo.

Com uma trajetória marcada pela dedicação, liderança e compromisso com o desenvolvimento do Distrito Federal, Prudente é uma figura em ascensão na política local e um exemplo de como a juventude pode fazer a diferença na construção de um futuro melhor.



Sua eleição como Deputado Federal, em 2022, foi um reflexo do reconhecimento de seu trabalho e da confiança depositada pelos eleitores.

O Deputado Rafael Prudente ocupou em 2024 os cargos de Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Coordenador da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional; e vice-líder do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS na Câmara. Foi também membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Deputado Rafael Prudente

Deputado Distrital (2015 a 2022)

- Eleito com 17.581 votos – tomou posse no dia 1º de janeiro 2025;
- Corregedor Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal; integrou as Comissões de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF); Educação, Saúde e Cultura (CESC) e Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC) – 2015/2016;
- Membro titular da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal;
- Reeleito Deputado Distrital com 26.373 votos e tomou posse no dia 1º de janeiro de 2019;
- Assumiu a Presidência da Câmara Legislativa do DF, sendo reeleito dois anos depois. Rafael Prudente fez história ao ser o presidente mais jovem a CLDF e o único nascido em Brasília;
- Eleito Presidente Regional do MDB/DF, em maio de 2019.

Autor de 69 Leis Distritais

Principais Leis:

- LEI 7057/2022 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos públicos do governo do Distrito Federal.
- LEI nº 6.323/2020 - Garante a concessão de aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica.
- LEI 5991/2017 - Dispõe sobre alimentação diferenciada a crianças e adolescentes portadores de intolerância a lactose na merenda escolar em instituições da rede pública de ensino.

Deputado Federal (2023 a 2027)

- Coordenador da bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional;
- Vice-líder do bloco parlamentar MDB-PODEMOS-REPUBLICANOS-PSC-PSD;
- Membro do diretório nacional do MDB;
- Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Membros Titulares

Amom Mandel
(CIDADANIA/AM)



Baleia Rossi
(MDB/SP)



Bandeira de Mello
(PSB/RJ)



Bruno Ganem
(PODE/SP)



Camila Jara
(PT/MS)



Carol Dartora
(PT/PR)



Célio Studart
(PSD/CE)



Coronel Chrisóstomo
(PL/RO)



Membros Titulares

Delegado Matheus Laiola
(UNIÃO/PR)



Duda Salabert
(PDT/MG)



Ivan Valente
(PSOL/SP)



Lebrão
(UNIÃO/RO)



Marcelo Queiroz
(PP/RJ)



Nilto Tatto
(PT/SP)



Rafael Prudente
(MDB/DF)



Socorro Neri
(PP/AC)



Zé Vitor
(PL/MG)



Membros Suplentes

Carlos Henrique Gaguim
(UNIÃO/TO)



Célia Xakriabá
(PSOL/MG)



Covatti Filho
(PP/RS)



Delegado Bruno Lima
(UNIÃO/RO)



Elcione Barbalho
(MDB/PA)



Fernando Mineiro
(PT/RN)



Flávia Morais
(PDT/GO)



Ivoneide Caetano
(PT/BA)



José Priante
(MDB/MA)



Membros Suplentes

Luciano Vieira
(REPUBLIC/RJ)



Luiz Carlos Busato
(UNIÃO/RS)



Nelson Barbudo
(PP/RS)



Pedro Uczai
(PT/SC)



Stefano Aguiar
(PSD/MG)



Tabata Amaral
(PSB/SP)



Túlio Gadêlha
(REDE/PE)



Zé Silva
(SOLIDARI/MG)



Zé Trovão
(PL/SC)



Outros membros no decorrer do ano

Alex Santana
(REPUBLIC/BA)



Carla Ayres
(PT/SC)



Cristiane Lopes
(UNIÃO/RO)



Darci de Matos
(PSD/SC)



Gerlen Diniz
(PP/AC)



Julio Lopes
(PP/RJ)



Leônidas Cristino
(PDT/CE)



Luciano Galego
(PL/MA)



Merlong Solano
(PT/PI)



Ricardo Salles
(NOVO/SP)



Roberta Roma
(PL/BA)



Wolmer Araújo
(SOLIDARI/MA)



CMADS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
E
SEMINÁRIOS
2024



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

27/05/24

TEMA: IMPACTO DA PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES NITROGENADOS.

REQUERIMENTOS Nº 3/2024, DA DEPUTADA SOCORRO NERI; Nº 18/2024, DO DEPUTADO MARCELO QUEIROZ; E Nº 32/2024, DO DEPUTADO NILTO TATTO.

A Audiência Pública debateu sobre os desafios significativos que o Brasil tem enfrentado no setor agrícola devido à dependência de fertilizantes importados e à crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental. Os expositores defenderam a aprovação de pelo menos dois projetos de lei, pelo Congresso Nacional, que reduziriam a dependência brasileira da importação de fertilizantes, impulsionando a produção agropecuária sustentável e tornando o País mais competitivo. Participaram do debate: José Carlos Polidoro, Assessor-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária; Alexandre Alonso Alves, Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia; Fernanda Delgado, Diretora-Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde; Frederico Freitas, Consultor da Metapolítica Consultoria para Transição Energética; Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Governamentais da Associação Brasileira do Biogás; Rafael González, Diretor-Presidente do Centro de Inovações em Energias Renováveis e Biogás; André Themoteo, Analista Técnico Sênior da Associação Brasileira de Energia Eólica - Abeeólica; Ticiane de Oliveira Alvares, Diretora Técnica do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Pietro Mendes, Secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Alberico Queiroz, Diretor da Federação Única dos Petroleiros.



Layce Tomaz



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

11/06/24

**TEMA: MORTE DE ANIMAIS POR AFOGAMENTO NA LOJA DA COBASI EM PORTO ALEGRE/RS.
REQUERIMENTO Nº 37/2024, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS MARCELO QUEIROZ E DELEGADO
MATHEUS LAIOLA.**

A Audiência Pública discutiu e apontou falhas da loja Cobasi do Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre, no afogamento de 38 pássaros e roedores engaiolados e morte de peixes ornamentais durante a tragédia de inundações do Rio Grande do Sul, no início de maio de 2024. A audiência contou com a participação dos seguintes convidados: Vanessa Negrini, Diretora de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA; Rodrigo Dutra da Silva, Analista Ambiental e Chefe da Divisão Técnico-Ambiental da Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Rio Grande do Sul – IBAMA/RS; Annelise Monteiro Steigleder, Promotora de Justiça de Defesa de Meio Ambiente do Ministério Público do Rio Grande do Sul - MP/RS; Samieh Saleh, Delegada de Polícia de Proteção ao Meio Ambiente - PCRS; Carla Sassi, Diretora do Grupo de Resposta a Animais em Desastre – GRAD; Ana Paula de Vasconcelos, Diretora Jurídica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.



11 E 13/06/2024

TEMA: ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

REQUERIMENTOS Nº 24/2024, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS CÉLIA XAKRIABÁ, CAROL DARTORA E IVAN VALENTE, NA CMADS; Nº 70/2024, NA CLP; E Nº 53/2024, NA CDHMIR.

O mundo vive um cenário de intensificação das mudanças climáticas que, segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), irão provocar cada vez mais eventos climáticos extremos. A Audiência Pública conjunta, que debateu a temática, foi realizada em duas manhãs, e contou com a participação dos seguintes expositores: Ana Terra e Sarah Darcie, Secretárias-Executivas do GT Clima; Luize França Cunha Sampaio, Representante da Casa Fluminense; Lucas Tupinambá, Conselho Indígena Tapajós Arapiuns; Renata Padilha, Representante do Eco pelo Clima; Thaynah Gutierrez, Representante da Rede por Adaptação Antirracista; Gisele Brito, Representante da Coalizão Negra Por Direitos; Igor Travassos, Representante do Greenpeace; Camila de Magalhães e Souza Figueiredo, Representante da Coalizão APUAMA - Mandi, no dia 11 de junho; e Sarah Marques, Representante do Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste; Victor Marchezini, Representante do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden; Inamara Melo, Coordenadora-Geral de Adaptação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima/MMA; Carlos Minc, Deputado Estadual (PSB-RJ) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; Sylvia Bomtempo, Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS; Guilherme Simões, Secretário Nacional de Periferias do Ministério da Cidade; Cláudia Lins, Representante da Confederação Nacional dos Municípios; Sabrina Durigon Marques, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Urbano (IBDU); Antônio Celestino, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Urbano (IBDU); Agnes Soares, Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde e Tainá de Paula, Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (PT-RJ), no dia 13 de junho.



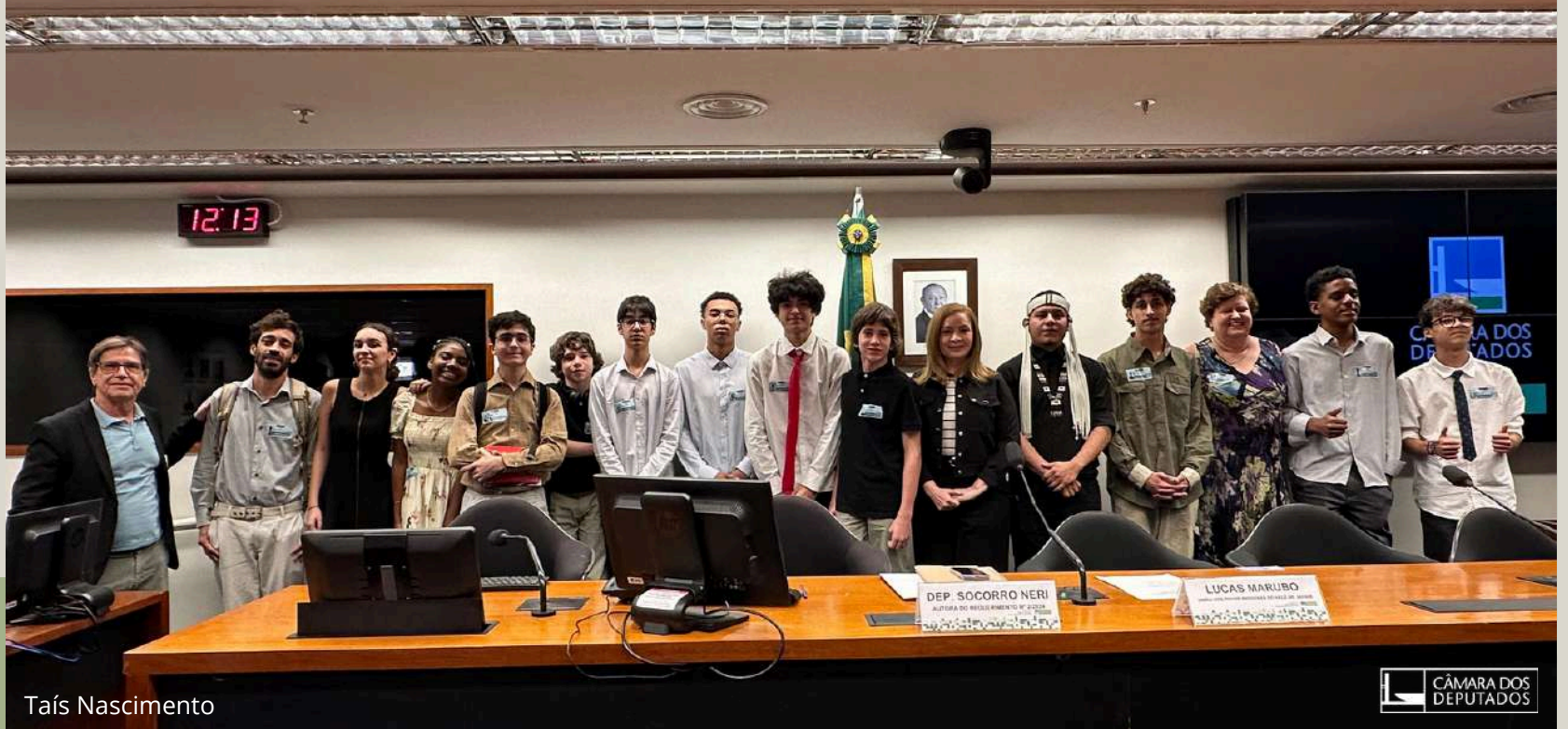
Matheus Veloso

12/06/24

TEMA: IMPACTOS DOS PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO NA CAATINGA.

REQUERIMENTO Nº 8/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO FERNANDO MINEIRO.

A Audiência Pública trouxe à discussão a emergência agravada pelas mudanças climáticas. Destacou a seca histórica na Amazônia no ano de 2024, além do avanço do clima de deserto para antigas áreas semiáridas, como umas das consequências desse processo. O Secretário-Executivo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD, Ibrahim Thiaw, enfatizou que, em 2023, uma em cada quatro pessoas em todo o mundo foi afetada pelos eventos extremos de seca, com alta de 29% em relação ao ano 2000. A audiência foi realizada com os seguintes convidados: Ibrahim Thiaw – Secretário-Executivo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD; Alexandre Pires, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - DCDE/MMA; Mônica Tejo, Diretora do Instituto Nacional do Semi-Árido do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - INSA/MCTI; Inácio Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - INSA/MCTI; Rafael Neves, Membro do Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas e Combate à Desertificação da Articulação Semiárido Brasileiro - ASA e Gustavo Goretti, Coordenador-Geral de Irrigação e Conservação do Solo e Água do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SDI/MAPA.



13/06/24

TEMA: EDUCAÇÃO CLIMÁTICA PARA JOVENS, NEGROS E INDÍGENAS.

REQUERIMENTO Nº 2/2024, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO NERI.

A Audiência Pública teve como objetivo debater a educação climática, com foco na inclusão e participação de jovens, negros e indígenas, a fim de compartilhar suas ideias e experiências para garantir uma perspectiva ampla e diversificada que considere visões e conhecimentos tradicionais destes grupos na preservação ambiental. Participaram como expositores: Lucas Marubo, Representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari; Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE; Darlly Tupinambá, Conselheira Nacional de Juventude; Maria Isabel Amando de Barros, Especialista do Instituto Alana; Sara Emanuely, Coordenadora do GT Clima do Engajamundo; Pedro Martins, Representante do Grupo Carta de Belém; e Haru Kuntanawa, Liderança indígena Kuntanawa do Estado do Acre.



20/06/24

TEMA: NORMALIZAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DOS DESASTRES AMBIENTAIS.

REQUERIMENTO Nº 38/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO JULIO LOPES.

A Audiência Pública discutiu normas técnicas para prevenção de desastres naturais e recomendou elaboração de um projeto de lei para que fossem criados obrigatoriamente, em todas as cidades, um Centro de Operação e Controle de Desastres, com o objetivo de reduzir a complexidade na gestão de desastres e garantir a eficiência na tomada de decisões do poder público. Participaram como expositores: Aloisio de Melo, Diretor de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do - DPMA/MMA; Flávia Rigo Nóbrega, Procuradora da República representando o Ministério Público - MP; Marjorie Kauffmann, Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul - SEMA/RS e Diretora-Executiva da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA e Mario William, Presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

DADOS CLIMÁTICOS E AMBIENTAIS

O período de **julho de 2023 a junho de 2024** foi o mais quente já registrado no planeta.

O Pantanal enfrenta a seca **mais grave em 70 anos**, intensificada pela mudança do clima.

Monthly global surface temperature increase above pre-industrial
Data: ERA5 1940-2024 • Reference period: 1850-1900 • Credit: Copernicus

Variação mensal da temperatura do ar no planeta em comparação com os níveis pré-industriais

Fontes: Programa Copernicus



13/08/24

**TEMA: PLANO DE COMBATE ÀS QUEIMADAS, FUMAÇA TÓXICA E ESTIAGEM DOS RIOS NO AMAZONAS.
REQUERIMENTO Nº 47/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO AMOM MANDEL**

A Audiência Pública teve como objetivo debater estratégias de prevenção e enfrentamento ao desmatamento e emergências climáticas no estado do Amazonas devido às recorrentes secas e eventos climáticos extremos no Brasil. A audiência contou com a participação dos seguintes convidados: André Lima, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima - SECD/MMA; Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Maycon Douglas Castro, Chefe da Assessoria de Recursos Hídricos da Secretária Estadual de Meio Ambiente do Amazonas - ASSHID/SEMA; Coronel Reinaldo Acris Menezes, Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas - CBMAM; Sergio Armanelli, Assessor da Defensoria Pública da União - DPU; Roberto Cabral, Representante dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do MMA e do IBAMA - ASIBAMA.



10/09/24

TEMA: 5 ANOS DO CRIME DE DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO.

REQUERIMENTOS Nº 36/2024 CPOVOS E Nº 51/2024 CMADS, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS CAROL DARTORA E TÚLIO GADÊLHA.

A Audiência Pública conjunta com a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais discutiu e propôs ações para mitigar e reverter os danos do maior derramamento de óleo no Brasil, ocorrido em 2019. Toda biodiversidade dos territórios pesqueiros foi impactada negativamente e isso afetou a "reprodução do modo de vida dos Povos das Águas". O vazamento prejudicou, também, as condições de saúde nas comunidades tradicionais pesqueiras. Participaram como convidados: Andréa Rocha do Espírito Santo, Secretária de Território e Meio Ambiente do Conselho Pastoral dos Pescadores; Carolina Morishita Mota Ferreira, Coordenadora-Geral de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Kátia Cristina dos Santos Cunha, Coordenadora-Geral de Territórios e Integração de Políticas Públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura; Marcelo Neiva de Amorim, Coordenador-Geral de Emergências Ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Paulo Gilvane Lopes Pena, Professor titular da Universidade Federal da Bahia, Izabel Cristina Chagas, Representante da Confrem Mulheres, de Alagoas; Joana Mousinho, Coordenadora Nacional da Articulação Nacional das Pescadoras; Erivan Bezerra de Medeiros, Coordenador da Campanha Mar de Luta do Movimento dos Pescadores do Brasil.



SEMINÁRIOS

06/06/24

TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL. REQUERIMENTO Nº 14/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

Diante do número significativo de pessoas atendidas por intoxicação causada pelo uso excessivo de agrotóxicos, alta presença nos alimentos e resquícios até no leite materno, o Seminário teve como objetivo discutir medidas imediatas para a redução do uso desses defensivos agrícolas e a implantação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - Pronara. O evento teve a presença dos palestrantes: Eliane Ignotti, Coordenadora-Geral de Vigilância e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde; Adriana Amaral, Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Cássio Trovatto, Coordenador-Geral de Transição Agroecológica do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Márcia Muchagata, Gerente de Projeto do Ministério do Desenvolvimento Social; Maria Augusta, Coordenadora de Reavaliação da Gerência-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; Anderson Amaro, Conselheiro do Movimento de Pequenos Agricultores do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea; Rogério Dias, Presidente do Instituto Brasil Orgânico da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO; Francileia Paula, Representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos; Erivan Silva, Representante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos; Renato Roseno, Deputado Estadual do Ceará e Marquito, Deputado Estadual de Santa Catarina.



12/06/24

**TEMA: DEFESA DA REFORMA TRIBUTÁRIA 3S: SAUDÁVEL, SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL
REQUERIMENTOS Nº 28/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO, NA CMADS; Nº 63/2024 NA
CLP, Nº 25/2024 NA CDE E Nº 110/2024 NA CSAÚDE.**

O Seminário, conjunto com as Comissões de Legislação Participativa, de Saúde e de Desenvolvimento Econômico, debateu a inclusão da cesta básica na reforma tributária e impactos da arrecadação de impostos em produtos que causam doenças visando a promoção da alimentação saudável e o combate às desigualdades. O Seminário foi organizado em duas mesas para debater os temas: Imposto Seletivo e Meio Ambiente e Cesta Básica e Combate às Desigualdades. Contou com os seguintes participantes: Mônica Andreis, Diretora-Presidente da ACT Promoção da Saúde; Courtney Ivins, Representante da Health Nutrition and Population Global Practice Latin America do Banco Mundial; Bert Brys, Economista Sênior, Head of Country Tax Policy Unit, OECD Centre for OCDE; Letícia Cardoso, Diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância das Doenças e Agravos do Ministério da Saúde; Rodrigo Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Daniel Becker, Médico Sanitarista e Pediatra; Marcos Woortmann, Diretor-Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS; Carlos Alexandre, Coordenador Substituto do Departamento de Apoio ao Conselho Nacional de Mudança do Clima e ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima; Cleo Manhas, Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc; Lilian dos Santos Rahal, Secretária da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Liliana Paula Bricarello, Conselho Federal de Nutricionistas; Leleco Pimentel, Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais; Ana Maria Maya, Especialista de Saúde Coletiva do Instituto de Defesa de Consumidores – IDEC; Reginaldo Lopes (PT/MG), membro do GT da Regulamentação do PLP 68, Reforma Tributária; José Graziano, ex-Diretor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, ex-Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.



17/09/24

**TEMA: CRISE HÍDRICA NO ACRE: ENTRE A SECA EXTREMA E AS INUNDAÇÕES DEVASTADORAS.
REQUERIMENTO Nº 1/2024, DE AUTORIA DA DEPUTADA SOCORRO NERI.**

O Seminário, realizado na cidade de Rio Branco/AC, debateu sobre os eventos climáticos extremos no estado do Acre - a alternância entre a escassez hídrica severa e as inundações - e a necessidade de discutir e planejar estratégias que contemplem a prevenção e a resposta a esses eventos. O Seminário foi organizado em duas mesas para debater os temas: “Gerenciamento de Crises Hídricas: Políticas Públicas e Resposta Institucional” e “Impactos Socioeconômicos e de Saúde das Crises Hídricas: Estratégias Multidisciplinares de Adaptação e Mitigação”. Participaram os seguintes palestrantes: Coronel Carlos Batista, Coordenador da Defesa Civil Estadual; Danilo Lovisaro, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre; Ronald Polanco, Conselheiro do Tribunal de Contas do Acre; Bruno Pena, Chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Acre; Foster Brown, Cientista Sênior do Woodwell Climate Research Center; Andréa Alechandre, Associada da SOS AMAZÔNIA, Professora da Universidade Federal do Acre; Deputado Luiz Gonzaga, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre; João Paulo de Assis Pereira, Vice-presidente da Federação das Indústrias do Acre.



28/11/24

TEMA: DIA DA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA.

REQUERIMENTOS Nº 5/2024 E Nº 67/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

A Restauração Ecológica pode ser entendida como a atividade de recuperação da saúde, integridade e sustentabilidade de um ecossistema. O Seminário debateu como os desafios do plano de recuperação de vegetação nativa podem ser superados de maneira que seja economicamente viável, ecológica e eficiente. Além disso, discutiu a importância da criação do “Dia da Restauração Ecológica” a ser celebrado todo dia 19 de novembro, para que esse tema tenha maior apelo popular. Foram expositores do Seminário: Fabiola Zerbini, Diretora do Departamento de Florestas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Floresta e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima - DAP/SBIO/MMA; Moisés Savian, Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SFDT/MDA; Rodrigo Lopes De Almeida, Coordenador Geral de Recuperação de Áreas Degradadas - CGRAD/MAPA; Sérgio Leitão, Diretor-Executivo do Instituto Escolhas; Rubens Benini, Coordenador Nacional pela Restauração da Mata Atlântica - PACTO; Anabele Gomes, Coordenadora da Articulação pela Restauração do Cerrado - Araticum; Marcelo Ferronato, Coordenador do Conselho Estratégico da Aliança pela Restauração da Amazônia; Ana Paula Rovedder, Coordenadora da Rede Sul de Restauração Ecológica (Pampa); Pedro Sena, Conselheiro Deliberativo da Rede para Restauração da Caatinga - RECAA; Solange Ikeda, Representante do Pacto pela Restauração do Pantanal pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT; Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica.



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

10/12/24

TEMA: "PL 2842/2024 – POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE RIOS".

REQUERIMENTOS Nº 55/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO, NA CMADS; E Nº 79/2024, NA CME.

O Seminário conjunto com a Comissão de Minas e Energia debateu o Projeto de Lei nº 2842/2024 que cria a Política Nacional de Proteção de Rios. A proposta visa proteger e restaurar os rios brasileiros, fortalecendo instrumentos de proteção ambiental e valorizando serviços ecossistêmicos. O debate envolveu representantes de diversas instituições, organizações da sociedade civil e comunidades locais. Houve consenso sobre a importância da proteção dos rios para a biodiversidade, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável. Foram expositores do Seminário: Flávio Montiel, Diretor da International Rivers Brasil; Vitória Leopoldina, Assessora Jurídica da Coalizão Pelos Rios; Alice de Matos Soares, Representante do Movimento Tapajós Vivo; Mário Mantovani, Diretor da Associação Nacional das Entidades Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA; Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica; Marcelo Manara, Presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP; Paulo César Magalhães Domingues, Assessor Técnico da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica - ABRAGE; Marcelo Moraes, Presidente do Fórum do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico - FMASE; Alessandra Torres, Presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas - ABRAPCH; Isidoro Salomão, Representante da Associação Ambiental e Cultural Fé e Vida; Afonso Henrique Moreira Santos, Professor da Universidade Federal de Itajubá; Delfim José Leite Rocha, Diretor-Executivo da Ferreira Rocha Assessoria e Serviços Socioambientais; Joana Cruz, Diretora-Geral da Azurit Consultoria Ambiental; Renata Menescal, Diretora de Assuntos Jurídicos e Regulatórios da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL.

OUTROS EVENTOS

MESA REDONDA

17/05/24

TEMA: QUALIDADE DA ÁGUA NO RIO TIETÊ.

REQUERIMENTOS Nº 7/2024 E 26/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.

A Mesa Redonda teve como objetivo debater sobre a qualidade da água do Rio Tietê que há anos sofre com a proliferação desenfreada de algas da espécie Phaeophyceas, o que resulta em águas esverdeadas e impróprias para a pesca, banho e afins. A situação do rio Tietê inibe o desenvolvimento das cidades, principalmente do turismo náutico, da pesca, da navegação e até mesmo da ampliação das atividades econômicas. Os expositores foram: Joice Lopes, Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST; Valderez Vegiato Moya, Ex-prefeita do município de Lins/SP; Wagner Casadei, Representante da SOS Nosso Tietê; Loan Ramos, Representante da SOS Mata Atlântica; Luiz Batata, Representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê e Rio Batalha; Alessandra Teodoro, Representante da Universidade de Lins - UNILINS/SP; Padre Severino Leite Dinis, Representante da Comissão Pastoral da Terra; Hélio Palmesan, Representante da ONG Mãe Natureza.





04/06/24

TEMA: IMPORTAÇÃO DO FUNGO MARAVÁLIA PARA O COMBATE À “UNHA DO DIABO” NAS CARNAÚBAS NORDESTINAS.

REQUERIMENTO Nº 34/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO.

A Mesa Redonda debateu sobre a *Cryptostegia madagascariensis* (unha-do-diabo), que é uma trepadeira nativa de Madagascar. Devido a sua proliferação rápida e devastadora, a unha-do-diabo invade e sufoca áreas extensas de vegetação, contribuindo para a perda de biodiversidade, especialmente no bioma Caatinga. A planta acaba por formar massas vegetais impenetráveis matando diversas espécies, sobretudo a carnaúba, acarretando danos ambientais, econômicos e sociais. A Mesa Redonda debateu a importância da pesquisa para o biocontrole desta espécie invasora. Participaram como expositores: Rita Mesquita, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima - SBIO/MMA; Rubens Jose Do Nascimento, Coordenador da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - CTNBIO/MCTI; Dartanhã José Soares, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Daniel Fernandes, Coordenador Geral da Associação Caatinga; Robert Barreto, Professor do Departamento de Fitopatologia Representante da Universidade Federal de Viçosa - UFV; Edgar Gadelha, Presidente do Sindicato das Indústrias Refinadoras de Cera de Carnaúba no Estado do Ceará - SindCarnaúba.



13/06/24

**TEMA: ANFÍBIOS – A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO PARA O NOSSO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO.
REQUERIMENTO Nº 40/2024, DE AUTORIA DO DEPUTADO NILTO TATTO.**

A Mesa Redonda, que aconteceu em Campinas/SP, no Instituto de Biologia da Unicamp, debateu a importância dos anfíbios no ecossistema brasileiro, onde há mais de 1,2 mil espécies de sapos, rãs, salamandras, dentre outros. De acordo com a publicação mais atual, de 2023, 189 espécies se encontravam criticamente ameaçadas de extinção, em perigo ou vulneráveis. Os anfíbios, que prestam inúmeros serviços ecológicos, também é o grupo de vertebrados com a maior proporção de espécies ameaçadas de extinção no planeta. A Mesa Redonda teve como objetivo instituir o Dia do Anfíbio, a ser celebrado todo dia 7 de maio, com o propósito de ajudar na realização de campanhas e na conscientização da população sobre a temática. Participaram da Mesa Redonda: Vanessa Negrini, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais; Luís Felipe Toledo, Professor da Unicamp; Carlos Abrahão, Coordenador do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Sérgio Pompéia, Representante da Consultoria de Planejamento e Estudos Ambientais e da Reserva Betary.

PARECERES APROVADOS

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 263/2007

Dispõe sobre diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza.

Autor: Pompeo de Mattos

Relator: Coronel Chrisóstomo

PL Nº 234/2019

Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, por parte das entidades que recebem verbas públicas.

Autor: Ney Leprevost

Relator: Nilto Tatto

PL Nº 1.641/2019

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos o reúso da água e a compatibilidade entre a qualidade do recurso hídrico e as exigências de seu uso.

Autor: Senado Federal

Relatora: Duda Salabert

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 2.920/2019

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, para dispor sobre a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente na limpeza urbana e no manejo de resíduos sólidos.

Autor: Senado Federal

Relator: Nilto Tatto

PL Nº 4.907/2019

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, e a Lei no 4.947, de 6 de abril de 1966 - Lei que fixa normas de Direito Agrário, para definir sanções penais e administrativas ao funcionário público que não adotar providências cabíveis relativas ao crime contra o meio ambiente, bem como para agravar penas relativas a esses crimes quando cometidos na região da Amazônia Legal.

Autor: Raul Henry

Relator: Deputado Amom Mandel

PL Nº 6.205/2019

Institui o Dia Nacional da Castração de Animais.

Autor: Senado Federal

Relator: Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 296/2020

Altera a Lei n° 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em Municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

Autor: Felipe Carreras

Relator: Amom Mandel

PDL N° 414/2020

Susta a Resolução CONAMA, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que revoga as Resoluções CONAMA 284/2001, 302/2002 e 303/2002.

Autor: Alessandro Molon

Relatora: Célia Xakriabá

PL N° 775/2020

Institui a Semana do Lixo Zero.

Autor: Senado Federal

Relatora: Elcione Barbalho

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 3.581/2020

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico.

Autor: Benes Leocádio

Relator: Fernando Mineiro

PL Nº 3.759/2020

Dispõe sobre o transporte de animal de assistência emocional e animal de serviço nas cabines das aeronaves das companhias aéreas brasileiras.

Autor: Paulo Bengtson

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL Nº 1.738/2021

Cria o Programa Nacional de Proteção Animal - PROANIMAL e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir a dedutibilidade do imposto de renda das doações destinadas ao programa.

Autor: Jerônimo Goergen

Relator: Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 2.567/2021

Estabelece o Programa Nacional de Fomento à Causa Animal – PROPET, cria o Cadastro Nacional da Causa Animal – CADPET e o selo de Parceria da Causa Animal.

Autor: Pedro Vilela

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL N° 3.058/2021

Destina 5% dos recursos arrecadados com a aplicação de multas por infração ambiental a programas de esterilização de cães e gatos.

Autor: Gustavo Fruet

Relator: Bruno Ganem

PL N° 3.984/2021

Institui o Dia Nacional de Não Descartar lixo nas Ruas e Avenidas e no Meio Ambiente.

Autor: Nereu Crispim

Relator: Túlio Gadêlha

PL N° 3.937/2021

Institui o Dia Nacional de Combate à destruição ambiental do Pantanal.

Autor: Nereu Crispim

Relatora: Camila Jara

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 4.220/2021

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre a responsabilidade de logística reversa mediante o retorno dos produtos ao fabricante.

Autor: Stefano Aguiar

Relatora: Duda Salabert

PL Nº 4.331/2021

Assegura a qualquer pessoa o direito de ingressar e de permanecer com seu animal doméstico em todo estabelecimento abertos ao público, de uso público e privado de uso coletivo.

Autora: Ely Santos

Relator: Bruno Ganem

PL Nº 4.347/2021

Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

Autora: Joenia Wapichana

Relator: Amom Mandel

PL Nº 41/2022

Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada pelo crime de maus-tratos contra animais.

Autor: Alexandre Frota

Relator: Bruno Ganem

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 71/2022

Altera a Lei ° 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para permitir a destinação de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) para enfrentamento de desastres naturais.

Autor: José Nelto

Relatora: Socorro Neri

PL N° 1.437/2022

Dispõe sobre a disponibilização pelos órgãos públicos competentes de espaços públicos para a logística reversa.

Autor: Gustavo Fruet

Relatora: Duda Salabert

PL N° 1.519/2022

Altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro, de 1998, para dispor a respeito de medidas de combate à prática de maus tratos contra animais domésticos e silvestres.

Autor: Delegado Pablo

Relator: Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 2.933/2022

Altera o art. 55 da Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer causas de aumento de pena em razão do financiamento do crime e de seu cometimento em terras indígenas.

Autora: Joenia Wapichana

Relatora: Deputada Célia Xakriabá

PL N° 50/2023

Cria a Comenda do Mérito Ambiental.

Autor: Marangoni

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL N° 211/2023

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Delegacias Especializadas de Proteção Animal.

Autor: Zé Haroldo Cathedral

Relator: Bruno Ganem

PL N° 752/2023

Altera a Lei n° 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas dos Crimes contra a Fauna e dá outras providências.

Autor: Felipe Becari

Relator: Marcelo Queiroz

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 918/2023

Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito de garantia de proteção e de segurança de vítimas de violência doméstica e de seus animais de estimação e dá outras providências.

Autor: Delegado Matheus Laiola

Relator: Bruno Ganem

PL N° 1.236/2023

Altera a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, para prevenção e atenção às mudanças climáticas na Política Nacional de Educação Ambiental.

Autor: Pedro Aihara

Relatora: Socorro Neri

PL N° 2.007/2023

Institui a Campanha de Conscientização sobre a parvovirose canina e dá outras providências.

Autor: Bruno Ganem

Relatora: Tabata Amaral

PL N° 2.238/2023

Institui a Campanha de Conscientização sobre alergia alimentar em animais domésticos e dá outras providências.

Autor: Bruno Ganem

Relatora: Tabata Amaral

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 2.548/2023

Obriga todos os veículos oferecidos pelas empresas de aplicativos de serviço de mobilidade urbana a realizar o transporte de animais de estimação, denominado Pet Friendly, e dá outras providências.

Autor: Bruno Ganem

Relator: Nilto Tatto

PL N° 3.077/2023

Institui a Baía de Todos os Santos, no estado da Bahia, como sede da Amazônia Azul.

Autora: Roberta Roma

Relatora: Ivoneide Caetano

PL N° 3.272/2023

Institui o Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas e dá outras providências.

Autor: Jonas Donizete

Relatora: Célia Xakriabá

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 3.468/2023

Proíbe a prática de finning, altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de finning e dá outras providências.

Autor: Delegado Matheus Laiola

Relator: Marcelo Queiroz

PL N° 4.096/2023

Dispõe sobre o acolhimento de animais domésticos de pequeno e médio porte que acompanhem os seus tutores nos abrigos emergenciais, albergues, centros de serviços, restaurantes comunitários e casas de convivência no âmbito nacional.

Autor: Felipe Becari

Relator: Célio Studart

PL N° 4.136/2023

Inclui no calendário oficial o “Dia Nacional dos Recifes de Coral e Ambientes Coralíneos”, a ser comemorado anualmente, no dia 11 de outubro.

Autor: Marcelo Queiroz

Relator: Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 4.461/2023

Altera a Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e o Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para definir lar provisório ao preso tutor de animal que dele dependa única e exclusivamente.

Autor: Delegado Matheus Laiola

Relator: Bruno Ganem

PL N° 4.488/2023

Institui a Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios, por meio da Recomposição de Matas Ciliares e do Controle da Erosão, e dá outras providências.

Autora: Maria do Rosário

Relator: Marcelo Queiroz

PL N° 4.740/2023

Altera o art. 21 da Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para obrigar à instalação de placas com informações relativas aos danos ambientais causados por pessoa jurídica e às respectivas ações de reparação.

Autor: Roberto Monteiro Pai

Relator: Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 4.980/2023

Institui medidas para prevenir e combater incêndios florestais na Amazônia, e dá outras providências.

Autor: Amom Mandel

Relatora: Socorro Neri

PL Nº 5.054/2023

Dispõe sobre coeficiente de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em operações com biodiesel fabricado a partir de dendê.

Autor: Defensor Stélio Dener

Relatora: Elcione Barbalho

PL Nº 5.622/2023

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para dispor sobre a integração entre educação ambiental e saúde humana.

Autora: Ana Pimentel

Relatora: Socorro Neri

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 5.862/2023

Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

Autor: João Daniel

Relator: Nilto Tatto

PL N° 5.977/2023

Institui o Sapo-Cururu como Anfíbio Nacional do Brasil.

Autor: Nilto Tatto

Relator: Bruno Ganem

PL N° 25/2024

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a cassação do Documento de Habilitação do infrator que abandonar animal na rua, e dá outras providências.

Autor: Delegado Matheus Laiola

Relator: Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PDL N° 113/2024

Aprova o texto do Acordo sobre Subsídios à Pesca da Organização Mundial do Comércio (OMC), assinado pelo Brasil em Genebra, Suíça, em 17 de junho de 2022.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Túlio Gadêlha

PL N° 161/2024

Dispõe sobre o Programa de Fomento às Cidades Resilientes e dá outras providências.

Autora: Yandra Moura

Relatora: Socorro Neri

PL N° 460/2024

Institui a Letra de Crédito Verde, e dá outras providências.

Autor: Ricardo Ayres

Relatora: Socorro Neri

PL N° 596/2024

Institui a Política Nacional de Racionalização no Uso e de Combate ao Desperdício de Água.

Autora: Laura Carneiro

Relator: Marcelo Queiroz

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 616/2024

Inclui na Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os sistemas de coleta seletiva e logística reversa do coco verde.

Autor: Prof. Reginaldo Veras

Relator: Fernando Mineiro

PL N° 783/2024

Dispõe sobre a proibição de descarte de pintinhos machos recém eclodidos por meio da adoção de tecnologias de sexagem in ovo.

Autora: Professora Luciene Cavalcante

Relator: Bruno Ganem

PL N° 941/2024

Dispõe sobre a custódia compartilhada de animais de estimação nos casos de dissolução de casamento ou de união estável e dá outras providências.

Autora: Laura Carneiro

Relator: Bruno Ganem

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 946/2024

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV (...)” para incluir a difusão da proteção e dos direitos dos animais, nos trabalhos sociais, e dá outras providências.

Autor: Delegado Bruno Lima

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL N° 1.377/2024

Institui o Dia Nacional do Reflorestamento e dos Corações Unidos pela Cura da Terra.

Autora: Célia Xakriabá

Relator: Nilto Tatto

PL N° 1.412/2024

Dispõe sobre medidas de proteção e segurança para cães e outros animais que atuam em operações de busca, resgate e salvamento, entre outras, nos órgãos de segurança pública, Forças Armadas e demais instituições.

Autor: Dayany Bittencourt

Relator: Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 1.457/2024

Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever duplicação de prazos prescricionais aplicáveis a este tipo de crimes.

Autora: Camila Jara

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL Nº 1.489/2024

Institui o Dia Nacional do Veganismo.

Autora: Duda Salabert

Relatora: Socorro Neri

PL Nº 1.707/2024

Altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para incluir cooperativas solares entre as entidades elegíveis para a garantia de risco às operações de crédito do Fundo de Garantia de Operações - FGO, nas condições que especifica.

Autor: Pedro Uczai

Relator: Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 2.000/2024

Dispõe sobre a destinação de recursos para ações de enfrentamento a inundações e alagamentos severos, fundadas no conceito de “cidades-esponja”.

Autora: Dandara

Relator: Marcelo Queiroz

PL N° 2.136/2024

Altera a Lei 14.620, de 13 de Julho de 2023, a Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005, a Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei 8.677, de 13 de julho de 1993 e a Lei n° 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em edificações públicas e privadas.

Autor: Hildo Rocha

Relator: Nilto Tatto

PL N° 2.215/2024

Institui o Dia Nacional para a Ação Climática.

Autora: Duda Salabert

Relatora: Flávia Moraes

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 2.257/2024

Institui a obrigatoriedade de reavaliação periódica das zonas de risco de deslizamento e alagamento pelos municípios e estabelece diretrizes para o planejamento urbano em tais áreas.

Autor: Amom Mandel

Relator: Nilto Tatto

PL N° 2.278/2024

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências, para coibir o envenenamento de animais.

Autor: Marcelo Queiroz

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL N° 2.366/2024

Dispõe sobre a proibição a permanência de animais sozinhos no interior de veículos automotivos, e dá outras providências.

Autor: Marcos Tavares

Relator: Marcelo Queiroz

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL Nº 2.424/2024

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o planejamento e a gestão de riscos em eventos climáticos na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Autor: Heitor Schuch

Relator: Bandeira de Mello

PL Nº 2.534/2024

Institui o Programa Protetor Microempreendedor, define os parâmetros para hospedagem de animais e dá outras providências.

Autor: Marcelo Queiroz

Relator: Delegado Matheus Laiola

PL Nº 2.876/2024

Altera a Lei nº 9.605, de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de morte de animal causada por envenenamento.

Autor: Célio Studart

Relator: Delegado Matheus Laiola

PARECERES APROVADOS

PELA APROVAÇÃO

PL N° 3.077/2024

Altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tipificar como crime a manutenção de animais presos com correntes ou objetos assemelhados.

Autor: Delegado Matheus Laiola

Relator: Bruno Ganem

PL N° 3.154/2024

Institui o reconhecimento e a regulamentação da etologia clínica, zoopsiquiatria e medicina veterinária comportamental como especialidades da medicina veterinária, estabelecendo diretrizes para a formação, atuação profissional e tratamento de transtornos comportamentais em animais.

Autor: Marcos Tavares

Relator: Bruno Ganem

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL Nº 10.082/2018

Redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense".

Autor: Jorginho Mello

Relator: Nilto Tatto

PDL Nº 36/2019

Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.

Autor: José Medeiros

Relatora: Elcione Barbalho

PDL Nº 211/2019

Autoriza, nos termos dos arts. 176, § 1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, a implantação dos aproveitamentos hidroelétricos Foz do Buriti e Porto do Buriti, no Rio Buriti, no Estado do Mato Grosso.

Autor: Augusto Coutinho

Relator: Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL N° 427/2019

Altera a Lei n° 9.976, de 3 de julho de 2000, que dispõe sobre a produção de cloro e dá outras providências, fixando prazo para a substituição das células de mercúrio por tecnologias de menor potencial poluidor.

Autor: Rubens Bueno

Relator: Nilto Tatto

PL N° 1.405/2019

Altera a Lei n° 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que “dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências”, para disciplinar sanções administrativas decorrentes do lançamento de resíduos sólidos em corpos hídricos.

Autor: Senado Federal

Relator: Nilto Tatto

PL N° 3.291/2019

Cria o programa de recuperação ambiental denominado Proteção das Águas dos Rios Maranhenses, e dá outras providências.

Autor: Gil Cutrim

Relatora: Elcione Barbalho

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL Nº 3.000/2020

Dispõe sobre prescrição da obrigação de indenizar ou reparar os danos materiais e morais públicos e privados causados ao meio ambiente e a terceiros.

Autor: Marcelo Brum

Relator: Marcelo Queiroz

PL Nº 4.228/2020

Altera a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para explicitar a defesa do meio ambiente e o combate a queimadas e incêndios entre as atividades-fim da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP e permitir o uso de servidores dos órgãos de controle ambiental dos entes federados na FNSP, e dá outras providências.

Autor: Mário Heringer

Relator: Nilto Tatto

PL Nº 2.335/2021

Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir a gineteada em bovinos e equinos, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal.

Autor: Nereu Crispim

Relator: Nilto Tatto

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL N° 370/2022

Altera a Lei n° 9.433, de 1997 (Lei da Água), o Decreto n° 2.463, de 1934, (recepicionado com força de Lei pela Constituição Federal de 1988) e a Lei n° 9.605, de 1998, para dispor sobre a prevenção da perda de água por conta de vazamentos na rede hidráulica.

Autor: Kim Kataguiri

Relator: Nilto Tatto

PDL N° 334/2023

Susta o Decreto n° 11.687, de 5 de setembro de 2023, que dispõe sobre as ações relativas à prevenção, ao monitoramento, ao controle e à redução de desmatamento e degradação florestal no Bioma Amazônia.

Autora: Coronel Fernanda

Relator: Nilto Tatto

PL N° 791/2023

Estabelece procedimentos a serem adotados pela União em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios em situação de riscos e desastres mediante o uso de Sistemas de Processamento de Dados e de Inteligência Artificial (IA), com objetivo na organização, solução e implementação integrada e dá outras providências.

Autor: Emanuel Pinheiro Neto

Relatora: Célia Xakriabá

PARECERES APROVADOS

PELA REJEIÇÃO

PL Nº 4.049/2023

Dispõe sobre o monitoramento das diligências realizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e dá outras providências.

Autora: Cristiane Lopes

Relator: Nilto Tatto

PL Nº 4.761/2023

Institui o Fundo de Apoio Portuário à Infraestrutura - FAPI.

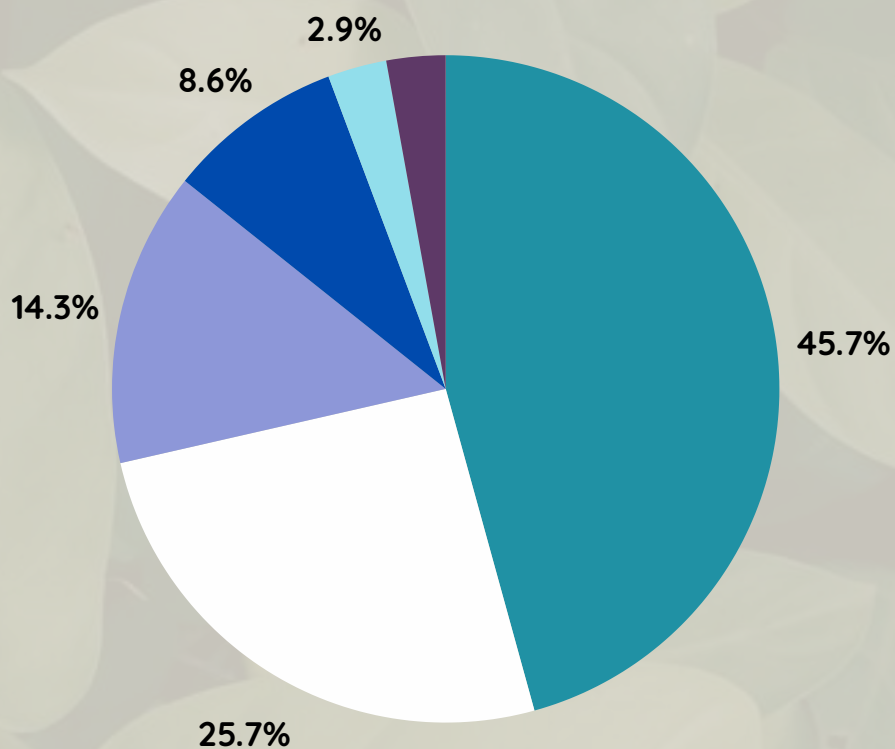
Autora: Rosana Valle

Relator: Nilto Tatto

ESTATÍSTICAS

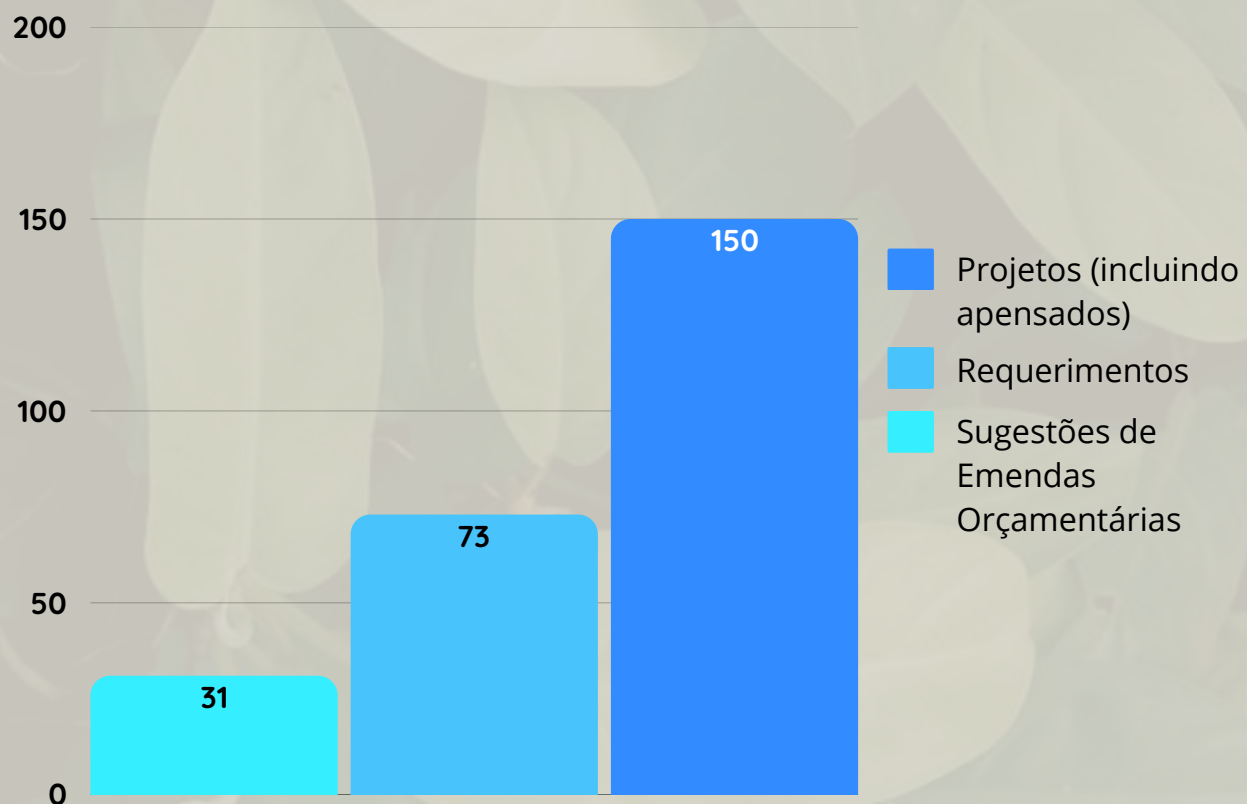
Reuniões

Reuniões	Quantidade
Deliberativas	16
Audiências Públicas	9
Seminários	5
Mesas Redondas	3
Reuniões de Instalação	1
Reuniões de Instalação de Subcomissão	1
Total	35



- Deliberativas
- Audiências Públicas
- Seminários
- Mesas Redondas
- Reuniões de Instalação e Eleição
- Reuniões de Instalação de Subcomissão

Proposições apreciadas



Matérias Recebidas em 2024

Tipo	Apreciação	Quantidade
DTQ	N/A	1
PDL	Plenário	1
PL	Conclusivos	125
PL	Plenário	22
PLP	Plenário	2
REQ	N/A	73
	Total	224

Matérias na Comissão - Situação Atual*

Situação	Quantidade
Aguardando Designação de Relator(a)	126
Aguardando Encaminhamento	1
Aguardando Parecer	117
Aguardando Providências Internas	84
Prontas para Pauta	66
Tramitando em Conjunto	220
Total	614

*22/12/2024

COP29

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

COP 29

A COP29, realizada em Baku, Azerbaijão, em novembro de 2024, resultou em importantes avanços nas negociações climáticas globais, incluindo a aprovação de um acordo sobre a Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG) de financiamento climático. Este acordo estipula que os países desenvolvidos devem garantir US\$ 300 bilhões anuais até 2035 para apoiar ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento. A meta a longo prazo é alcançar US\$ 1,3 trilhões anuais até 2035, com recursos provenientes de fontes públicas, privadas, bilaterais e multilaterais. Embora a decisão tenha sido considerada um avanço, muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, consideraram o valor insuficiente, destacando a necessidade de um financiamento ainda mais robusto, estimado em US\$ 1,3 trilhão por ano para atender às reais demandas climáticas.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

A delegação brasileira teve um papel destacado nas discussões da COP29. O Brasil não só pressionou por um aumento significativo no financiamento climático, mas também foi um dos primeiros países a apresentar sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), com o compromisso de reduzir suas emissões em 67% até 2035 (em comparação aos níveis de 2005). Além disso, o Brasil se posicionou como um defensor de uma abordagem inclusiva para enfrentar a crise climática, enfatizando a importância de políticas de adaptação e mitigação que considerem os direitos das populações vulneráveis, como as comunidades indígenas.

Outro marco importante foi a recepção da presidência designada da COP30, que será realizada no Brasil, na cidade de Belém, em 2025. Esse evento representará uma oportunidade para o Brasil moldar as negociações climáticas futuras e destacar sua liderança em temas como solidariedade internacional, financiamento climático e justiça climática.

PARTICIPAÇÃO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

O legislativo brasileiro também teve uma participação relevante na COP29, com a presença de representantes do Congresso Nacional na delegação oficial do Brasil. A participação dos parlamentares foi essencial para fortalecer o compromisso do Brasil com as metas climáticas e garantir que as decisões da COP sejam refletidas nas políticas públicas nacionais.

Durante a Conferência, deputados e senadores destacaram a importância de uma política ambiental robusta que fosse compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo país. O Congresso Nacional se comprometeu a colaborar na aprovação de legislações que permitam a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil e o cumprimento das metas de redução de emissões estabelecidas no Acordo de Paris. Uma comitiva de parlamentares participou da Conferência, incluindo os Deputados Nilto Tatto, Túlio Gadêlha, Duda Salabert, Amom Mandel, Zé Silva e Zé Vitor que representaram a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. A participação dos membros da Comissão contribuiu para as discussões globais sobre a crise climática e as ações necessárias para mitigar seus impactos, além de reforçar a posição do Brasil nas negociações internacionais.

A participação do legislativo também foi importante nas discussões sobre a regulação do mercado de carbono, um tema central da COP29, e no avanço das negociações sobre a Meta Global de Adaptação, que visa estabelecer indicadores globais para medir os progressos na adaptação às mudanças climáticas. O Congresso se comprometeu a promover um debate nacional sobre a criação de mecanismos de mercado de carbono que sejam compatíveis com as metas climáticas do Brasil e com as políticas internacionais, buscando sempre um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.



COP29
Baku
Azerbaijan

Secretaria



Servidores

Raquel Carvalho Barreto - Secretária-Executiva

Alírio de Oliveira Neto

Cíntia Costa de Abreu

Eliane de Oliveira

Elizabeth Gomes de Lima Santos

Renata Rodrigues de Figueiredo

Victor Francisco Moreira Souza Vale (estagiário)

Menores aprendizes:

Arthur Andrade

Daniel Carvalho



Comissão de
Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

